

----- ACTA N.º 005/2008 -----
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS DOZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO
DE DOIS MIL E OITO -----**

----- Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito remetida oportunamente nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a Presidência de Eurico de Alcobia, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Joaquim de Jesus Ribeiro e Isabel do Rosário Baptista com a seguinte **ordem de trabalhos**:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia** -----

----- 1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- 2.- Análise, discussão e votação da acta anterior. -----

----- **Período da Ordem do Dia** -----

----- 1.- **Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- 2.- **Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2009 ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- 3.- **Análise, discussão e votação do pedido de empréstimo até ao montante máximo de € 307.380,00 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro – Regularização extraordinária de dívidas do Estado.** -----

----- 4.- **Análise, discussão e votação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança ao abrigo do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho conjugada com a alínea n), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- 5.- **Análise, discussão e votação da alteração aos Estatutos da CIM do Médio Tejo, de acordo com o n.º 1 do art.º 4 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, conjugada com a alínea l) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- 6.- **Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo, ao abrigo do art.º 38 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.** -----

----- 7.- **Outros Assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **Presenças:** distribuída a folha de presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e três dos seus membros, tendo-se registado a ausência do Deputado Municipal Aires Ferreira Graça. -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e por dois dos vereadores que compõem o executivo camarário, Jacinto

Manuel Lopes Cristas Flores e Carlos Ferreira Salgado. -----

----- Antes de dar início à sessão o Presidente da Mesa informou que por motivos de doença, o 2.º Secretário da Mesa da Assembleia não iria estar presente, tendo convidado a Deputada Municipal Isabel Baptista para ocupar aquele lugar na Mesa da Assembleia. -----

----- A Deputada Municipal Isabel Baptista aceitou. -----

----- **Abertura da Sessão:** Eram vinte horas e cinquenta minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.º Ponto: - Período de tempo reservado á intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- **2.º Ponto: -Análise, discussão e votação da acta anterior.**-----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** interveio referindo que faltava na acta a resposta do Presidente da Câmara à questão que colocou sobre as lombas. Sem essa resposta na acta não podia votar favoravelmente. -----

----- Não se verificaram mais intervenções. -----

----- Colocada a votação com a acta foi aprovada com dezanove votos a favor e quatro abstenções. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.º Ponto: - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor**

Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** referindo-se à pavimentação da estrada do Chão da Serra à Cerejeira disse que a Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere tem vindo a pedir este pavimento há dois ou três anos. Só foi uma parte alcatroada e, segundo dizem as pessoas, a outra parte, que vai da escola P3 para a Cerejeira, que era a que precisava mais de ser alcatroada não foi. Perguntou se foi, de facto, a Câmara que teve a iniciativa de fazer aquele pavimento ou foi um pedido da Fundação Maria Dias. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio chamando a atenção para os mapas de informação da situação financeira onde, na folha dois há um erro. Pediu que o mapa fosse rectificado pois pode induzir em erro. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** iniciou dizendo que levava ali um saco de perguntas mas que ia desistir porque as suas perguntas eram para saber, de cada item que está nos trabalhos, quais que é que o Senhor Presidente fez a pedido de alguém ou por sua iniciativa. Perguntou em seguida onde é que andavam as actas da Câmara Municipal que não recebeu. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** em resposta às questões colocadas começou por referir que houve um atraso numa das primeiras actas e a partir daí atrasaram as outras, pelo que pediu desculpa. A obra a que se referiu o Deputado Municipal Manuel Lourenço não foi feita a pedido de ninguém, foi uma situação que foi analisada por si e pelo encarregado. -----

2.º Ponto: - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2009

ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** solicitou o uso da palavra para esclarecer que a página 10/10, que foi distribuída por todos antes do início da sessão, ia substituir a que consta na Proposta de Orçamento. Explicou que o valor do orçamento se mantém tendo sido tirada verba de uma rubrica e incluída noutra que foi criada. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** interveio no sentido de saber como é que vai ser feita a beneficiação da estrada que liga Ferreira do Zêzere à ponte do Zêzere, saber como vai ser feita a beneficiação da estrada que liga o Ramal ao Tojal e se é feito algum traçado novo em alguma parte do trajecto, saber se a questão da agenda 21 local vai para a frente pois 75.000 euros parece-lhe mais do que suficiente para fazer um bom trabalho. Relativamente ao Turismo apenas via no orçamento 15.400 euros o que considera manifestamente pouco, mas perguntou de que forma ia ser feita a promoção e a divulgação. Questionou também qual o ponto de situação do conselho Municipal de Juventude. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** no uso da palavra disse que sendo 2009 um ano de eleições aos diversos níveis estava à espera de um orçamento cheio de rococós e muitas obras no entanto só encontrou duas obras novas a serem lançadas. Uma é o Centro Escolar de Ferreira do Zêzere e outra a construção de bancadas e coberturas no campo de Futebol Municipal Lopo de Carvalho. Todas as outras obras são continuações das que vêm dos anos anteriores. Ficou um bocado desiludido porque esperava muito mais obras e muito mais propostas de obras. De qualquer forma os esclarecimentos estão razoáveis mas continua a dizer que sendo Ferreira do Zêzere um concelho que pode, a todo o momento, enveredar mais pelo turismo não entendia que, na distribuição das verbas, o turismo aparecesse em 10.º

lugar com 1,04% de investimento. Ainda não é desta vez que se vai apostar no turismo a sério. Verificou também que vão haver mais 9 estradas de ligação ou seja continua-se a apostar 33 % do investimento em comunicações e transportes portanto, em mais alcatrão. Existe uma verba muito parecida em habitação e urbanismo. Nestas duas verbas estão 62% do investimento. Salva-se ainda a cultura no meio disto tudo. Ficou um bocado desmoralizado ao ler aquele Plano para 2009. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** a propósito deste ponto, e no que diz respeito à instalação de uma empresa de investimento luso-brasileiro no parque industrial, que irá gerar 50 postos de trabalho quando em pleno funcionamento, perguntou que tipo de empresa é, que área vai ocupar e que produtos vai produzir. Quanto à qualificação urbanística perguntou a que freguesias diz respeito e para quando a freguesia de Águas Belas. -----

----- **O Deputado Municipal José Marques Nunes** referiu que não viu inscrito no orçamento para 2009 o projecto de revitalização da sede de freguesia de Águas Belas, que tem vindo a ser adiado ano após ano tal como o projecto do polidesportivo. Águas Belas tem o melhor palmarés desportivo. Perguntou se o Presidente da Câmara acaba o mandato sem iniciar estas duas obras, pois era bom que esta freguesia tivesse boas recordações do Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** a propósito deste assunto, referiu que todos os anos ouve o mesmo discurso por parte do Partido Socialista sobre o plano e sobre o turismo pelo que via-se forçado a perguntar ao Presidente da Câmara se este recebeu, na Câmara, alguma proposta do Partido Socialista relativamente ao turismo. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** em resposta ao Deputado Municipal que o antecedeu disse que, independentemente de tudo, o Partido

Socialista tem tentado dar a sua ajuda. Logicamente quando se chega a um ponto em que as propostas, sejam elas de qualquer teor, são constantemente reprovadas não vale a pena apresentá-las. Ele próprio apresentou uma proposta, que era uma base para que pudessem ter uma estratégia virada para o Turismo, tendo falado no melhoramento do site da Câmara Municipal e num conjunto de situações e que foi prontamente votada contra. Quando isso acontece não têm vontade de fazer mais porque sabem, de antemão, que as propostas são votadas contra. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias** na sequência da intervenção do Deputado Municipal Bruno Gomes referiu que também avançou, e estão em acta, com algumas propostas concretas, algumas até muito simples. Falou num centro de estágio de desportos náuticos, em caminhos pedestres nas margens do Rio Zêzere, na criação de um parque de merendas, na melhoria dos panfletos de divulgação do concelho. Sabem que não é fácil e que com a questão da Albufeira não se podem fazer obras onde se quer, mas há pessoas a construir nas margens da Albufeira e não se sabe de onde vêm as licenças. Questionou porque é que a Câmara não pode fazer lá uma estrutura se os particulares podem construir. Obviamente dão ideias e algumas, se calhar poucas, são aproveitadas. Outras, encapotadamente, são postas em prática, nomeadamente a Feira dos Petiscos e o Festival do Lagostim. Vêm falando em todo aquele tipo de situações comparando até com outros concelhos. Mas quem governa é o PSD não o PS.-----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** referiu que gostava de dar a conhecer ao Deputado Municipal Nuno Benedito que existem, datados de há seis ou sete anos atrás, um conjunto de propostas apresentadas pelos Vereadores do Partido Socialista nas reuniões de Câmara que foram rejeitadas pelo Partido Social Democrata na altura e, algumas, foram depois repescadas. Também fica na

expectativa de ouvir a resposta do Presidente da Câmara à pergunta formulada. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho**, ainda sobre este assunto, disse que a ultima vez que ali se falou em turismo o senhor Presidente da Câmara disse que o turismo era uma actividade transversal ao concelho e que não poderia ser a Câmara a ter essas iniciativas, teriam que ser os privados. Mas para os privados tomarem iniciativas é necessário que tenham condições para isso. A verba que está no Orçamento é para o parque de campismo que vai auxiliar de certa forma a actividade privada, mas não entende nem aceita quando se diz que o turismo é uma actividade transversal.-----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** começou por saudar a intervenção do Deputado Municipal Manuel Dias e por ser reconhecido pela bancada do PS que algumas das ideias apresentadas, e têm sido apresentadas boas ideias por essa bancada, têm sido captadas ou deliberadamente aproveitadas pela Câmara Municipal, ainda que ele próprio tenha algumas dúvidas acerca de outras propostas do PS, pois uma proposta tem que ser minimamente estudada e se, à partida se acha muito engraçado um miradouro ou um parque de merendas no ponto mais alto do concelho, se calhar o pessoal da REN não vai achar graça nenhuma. Referiu que finalmente queria dizer aos senhores Deputados ali regimentados debaixo da bandeira do PS que devem andar muito distraídos quando acusam o PSD de não lhes aprovar as propostas, pois são um partido que, neste momento, tem maioria absoluta na Assembleia da República onde só as propostas deles é que valem.-- -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que as questões relacionadas com o Orçamento iriam ser respondidas pelo Vereador Jacinto. Continuou informando que para a estrada da Pombeira há um projecto que está no

Conselho Directivo das Estradas de Portugal e que depois de aprovado vai ser participado na totalidade. Para as Areias é mais complicado pois não vai haver participação. O Conselho Municipal da Juventude não está esquecido. Não há muitas obras no plano porque não havendo dinheiro não pode haver obra. Também podiam ter optado por outra situação, é uma questão de prioridades, mas o Turismo também é o bem estar no Concelho. Ainda no dia anterior recebeu um e-mail do Instituto do Turismo para que indicasse uma pessoa que pudesse elencar alguns circuitos, num programa que o Instituto está a querer levar por diante, de Alcobaça, Fátima e Tomar. O Instituto entendeu que Ferreira do Zêzere também podia ter interesse. É evidente que recebeu a ideia de braços abertos e marcou de imediato uma reunião. A preocupação com o Turismo existe. Pediu ao Deputado Municipal Manuel Dias que lhe dissesse quais as obras que estão a ser feitas junto da barragem por privados porque, o que mais lhe custa é que fiquem dúvidas no ar. Pensa que nestas coisas tem que haver seriedade e frontalidade e quando o Deputado Municipal tiver dúvidas deve ir perguntar ao serviço de obras se aquela obra está ou não licenciada. Para a Junta de Águas Belas há um projecto que o GAT está a desenvolver em que é intenção fazer um passeio desde o Ramal até às Besteiras. Tornar aquela via mais urbana e onde vai englobar os arranjos da freguesia de Águas Belas. O Polidesportivo vai avançar de acordo com o que já conversaram. Quanto ao turismo não se vai envolver mais em polémicas. O Partido Socialista, no ano passado apresentou algumas propostas que em seu entender não são propostas que mereçam a pena. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** em resposta às questões colocadas sobre o orçamento começou por referir que a Agenda 21 Local é mesmo para fazer e esteve algum tempo parada porque havia a dúvida se a Comunidade Urbana ia avançar ou

não com uma agenda local para todos os Municípios. Vai avançar e a verba que está no Orçamento para a Agenda Local é para o caso da Agenda Local que a Comunidade Urbana vai avançar não ser aquilo que a Câmara tem em perspectiva. Se isso acontecer a Comunidade Urbana faz uma parte e depois a Câmara fará o resto, pois querem fazer um trabalho sério na área do ambiente. Ao Deputado Municipal Jorge Godinho lembrou que há dois anos com um Orçamento de dezassete milhões eram os burros atrás da cenoura. Agora um orçamento de dezoito milhões e meio é curto, portanto não é fácil conseguir agradar. Fica contente por aquele orçamento ser, reconhecidamente, não eleitoralista. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre**, ainda em relação ao turismo, lembrou que o Partido Socialista, no ano anterior, apresentou um documento sobre turismo que foi rejeitado pela bancada do PSD pelo que lhe parece que era a oportunidade que o PSD tinha em apresentar algo melhor à Assembleia para ser posto em execução. Não obteve resposta em relação à questão que colocou sobre a empresa de capitais luso-brasileiros.-----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** respondeu que está previsto ocupar três lotes na Zona Industrial e irá produzir algo que em Portugal não há, que é um fio parecido como estanho e que é aplicado nas metalizações. Será a segunda fábrica na Europa. Em plena actividade estima-se que crie 50 postos de trabalho e em pleno funcionamento trabalhará 24 sobre 24 horas. Em termos de poluição o Regulamento da Zona Industrial é extremamente restritivo por isso não é poluente. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito**, em resposta ao Deputado Municipal Armando Alexandre, disse que aceita, vota e discute tudo aquilo que sejam propostas que tenham interesse e valor para o Concelho independentemente da bancada que as apresente. Agora, educadamente, pedia-lhe que fosse ao

dicionário ver o significado da palavra “proposta”. -----

----- **Colocadas a votação as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de dois mil e nove a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor, cinco votos contra e quatro abstenções os referidos documentos.**-----

3º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de empréstimo até ao montante máximo de € 307.380,00 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro – Regularização extraordinária de dívidas do Estado. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho**, no uso da palavra, disse que havia ali uma informação da contabilidade sobre os 307.380,00 € que é o montante limite máximo do empréstimo que a Câmara propõe fazer. Esta verba tem outra por baixo que é 186.024,02 € sem incluir o valor das dívidas de leasing. Ao ler isto entendeu que a diferença, que são cerca de 121.000,00 €, são os leasings que se vão vencendo ao longo do ano pelo que perguntou se era verdade. Em seu entender se este pedido de empréstimo for, conforme diz na certidão, para regularização extraordinária de dívidas ao Estado e, lembrando uma proposta que o Governo fez há dias, de o Estado em 2009 se tornar uma “pessoa séria”, não tem nada contra porque entende que a Câmara Municipal também deve ser uma pessoa séria e honrar os seus compromissos. Se o dinheiro vai ser gasto sem ser para isto, já tem sérias dúvidas quanto a este empréstimo. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** a propósito deste assunto disse que havia um pequeno problema que tinha que ser esclarecido. Não está de acordo que o empréstimo seja para “regularização extraordinária de dívidas ao Estado” mas

sim para “regularização extraordinária de dívidas do Estado”. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** esclareceu que se tratava de dívidas do Estado e não ao Estado. Ao Deputado Municipal Jorge Godinho disse que seria já a Câmara é. Quanto á diferença entre os dois valores não são os leasings que se vão vencer, é só uma referência para cálculo do empréstimo. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia** elucidou que neste ponto da Ordem de Trabalhos se refere que é um “pedido de empréstimo até ao montante de...”. Não especifica qual é o valor. -----

----- **Colocado a votação do pedido de empréstimo até ao montante máximo de € 307.380,00 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro – Regularização extraordinária de dívidas do Estado a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor e nove abstenções o referido empréstimo.** -----

4.º Ponto: - Análise, discussão e votação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança ao abrigo do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho conjugada com a alínea n), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** começou por dizer que existem algumas coisas naquele Regulamento que têm que ser corrigidas. Referiu a alínea c) do artigo 4.º lembrando que aquilo sobre o que têm que se pronunciar é sobre o número de Presidentes de Junta de Freguesia, pelo que propôs que a redacção desta alínea seja “dois Presidentes de Junta de Freguesia a eleger pela Assembleia Municipal”. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia** dado estarem a ser observadas

situações que merecem alguma correcção, solicitou que as passasse a escrito para serem votadas e irem como adenda àquele documento provisório.-----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** continuou dizendo que para si não ia como adenda, mas sim incluído no documento. As alíneas j) e k) designam objectivamente a Associação de Melhoramentos e Bem Estar Social de Pias e o Centro de Recuperação Infantil de Ferreira do Zêzere. Lembrou que havia outras e que a Lei diz que são “os responsáveis na área do Município pelos organismos de assistência social em número a definir no Regulamento então, o que a Assembleia têm é que definir o número e não, exactamente, quem é. Então a redacção da alínea j) teria que ser “dois responsáveis na área do Município pelos organismos de assistência social”, a alínea k) desaparecia. Quanto á alínea l), não está a mais nem está a menos. Até compreende que o Agrupamento de Escolas tenha ali assento, não estando previsto expressamente na composição do conselho municipal, mas acha que é uma entidade tão transversal e que, os problemas dos miúdos são tão importantes pelo que deviam considerar já uma designação. Pessoalmente gostava que o Conselho Municipal de Segurança funcionasse, mas pensa que é uma grande poeira para mandar para os olhos do Zé Povinho dado o clima geral de insegurança que se instalou nas pessoas. Perguntou o que é que as Câmaras ou qualquer dos intervenientes civis que estão no Conselho podem fazer. O que o Governo está a fazer é a empurrar para cima das Autarquias aquilo que não lhe convém. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre**, também inscrito neste ponto, disse que ia também falar sobre as alterações que o Deputado Municipal que o antecedeu referiu. Em relação ao artigo 5.º perguntou quem é que elaborou aquele documento e quem é que indicou aqueles representantes, nomeadamente os organismos a que se refere a alínea h) porque, parece-lhe que, consciente ou

inconscientemente, está ali um caldinho muito bem arranjado uma vez que quem representa as duas instituições ali referidas são dois vereadores, o que lhe parece que fica muito mal num regulamento que é feito à margem da Assembleia tomarem logo esta posição, porque há muito mais associações no concelho com esse fim que nem sequer foram ouvidas, pelo que perguntou porquê. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** disse que corroborava a cem por cento o que foi dito pelo Deputado Municipal Eduardo Mendes. Também tem muitas dúvidas se isto irá funcionar em primeiro lugar porque a Lei saiu em Julho de 1998, o projecto de Regulamento foi feito em Janeiro de 2008 e estavam a vê-lo pela primeira vez com todas aquelas deficiências. Chamou a atenção para o artigo 3.º e para o artigo 14.º que diz que a periodicidade dos pareceres a emitir pelo conselho é anual. Se vão fazer uma coisa a sério não é com aquelas periodicidade anuais, nem com os erros apontados nas intervenções anteriores. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** no uso da palavra fez referência à alínea n) do artigo 4.º que indica um representante da ACITOFEBE e lembrou que esta congrega Ferreira do Zêzere, Tomar e Barquinha e, por este regulamento pode designar para aquele lugar alguém da Barquinha.-----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** interveio dizendo que quanto ao que já foi focado nada tinha a acrescentar. Relativamente à alínea l) do artigo 4.º disse que tinha que se ter cuidado quando se coloca um representante do agrupamento de Escolas para não se ir contra a própria Lei ao adicionar um elemento que não está previsto. Pensa que isso se poderia efectivar na alínea n) “três cidadão de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal, sendo que um deles deverá ser designado do agrupamento de escolas do concelho.” -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** a respeito deste assunto disse que a

responsabilidade daquele documento é dele. É um documento provisório que quanto mais achegas levar melhor. A história dos representantes das instituições não tem nada a ver com os vereadores. Como Provedor da Santa Casa da Misericórdia pensa que esta também devia fazer parte daquele conselho. Se calhar no Regulamento não se devem indicar os nomes mas sim o número de representantes. Quanto á ACITOFEBBA não vai acontecer o que o Deputado Municipal Bruno Silva disse porque também os comerciantes de Ferreira do Zêzere são ferreirenses e portanto nunca deixariam que alguém de fora do concelho viesse para o conselho de segurança. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** a respeito desta problemática agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal o que disse sobre o documento e acrescentou que queria partilhar com ele a responsabilidade daquela proposta estar ali. Fez alguma pressão para que aquele regulamento fosse à Assembleia. Nos tempos que correm a segurança é um assunto que interessa a todos e, haver uma Lei sobre a segurança desde 1998 e não haver no concelho um regulamento que faça congregar as principais coisas que se devem fazer para dar segurança fê-lo pressionar no sentido do documento ir à Assembleia. Aparece daquela forma porque foi um trabalho quase de pesquisa relativamente a outros concelhos. Sugeriu que se nomeassem duas ou três pessoas que pudessem estudar tudo aquilo e numa próxima Assembleia voltava a ser apresentado, ou então votavam-se as alterações sugeridas na sessão que servem de emenda ao Regulamento provisório. Procedeu em seguida à leitura das alterações propostas e submeteu-as a admissão. -----

----- **Foram admitidas por unanimidade.** -----

----- **Colocado a votação o Regulamento Provisório do Conselho Municipal**

de Segurança com as alterações constantes do documento anteriormente admitido a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade e em minuta, o referido Regulamento. -----

5.º Ponto: - Análise, discussão e votação da alteração aos Estatutos da CIM do Médio Tejo, de acordo com o n.º 1 do art.º 4 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, conjugada com a alínea l) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que este ponto ia ser retirado da ordem de trabalhos e em seguida deu a palavra ao Deputado Municipal Eduardo Mendes para dar alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- O Deputado Municipal Eduardo Mendes, no uso da palavra, começou por explicar que quando chegou à Comunidade Urbana do Médio Tejo o Regulamento com os estatutos aprovados pelas Assembleias Municipais, foi aprovado em todas menos na Barquinha que apresentou uma proposta de alteração e que apanhou a Assembleia da Comunidade Urbana num momento de alguma irritação porque não estava presente para a reunião do Orçamento e da aprovação dos estatutos nenhum senhor Presidente de Câmara. Em relação ao Orçamento e ao Plano foi logo dito que não ia ser votado sem estar presente alguém da Junta da Comunidade. Em relação às alterações propostas pela Barquinha, estas fizeram notar que a Assembleia da Comunidade estava a ser esvaziada de competências, pelo que a Comunidade apoiou a proposta da Barquinha dando depois uma melhoria de redacção. Isto foi votado favoravelmente por uma esmagadora maioria. Mas com isto arranjam dois problemas. O primeiro foi que as coisas que são submetidas a uma assembleia deste tipo ou são aprovadas ou são rejeitadas. O segundo foi que,

até que as alterações voltassem às Assembleias Municipais para serem votadas e depois fossem publicados os estatutos no Diário da República perdia-se a oportunidade das verbas do QREN. Então houve uma reunião extraordinária no dia 24 de Novembro tendo como pontos a revogação da deliberação da 3.ª reunião ordinária e aprovou os estatutos tal qual já tinha sido aprovados nas Assembleias permitindo que os mesmos fossem publicados em seguida. Nesta altura existe um compromisso da Junta da Comunidade em retomar o processo e fazer uma alteração aos estatutos.-----

6.º Ponto: - do Período da Ordem do Dia -----

----- Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo, ao abrigo do art.º 38 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto. -----

----- Foram apresentadas duas lista, a lista A do Partido Socialista constituída pelos Deputado Municipais Bruno José da Graça Gomes, Armando António Ferreira Alexandre e Isabel do Rosário Baptista e a lista B do Partido Social Democrata constituída Pelos Deputados Municipais Eduardo José Ferreira Mendes, Eurico de Alcobia e Nuno Miguel Figueiredo Benedito. Em seguida procedeu-se à eleição tendo-se obtido os seguintes resultados:-----

----- Lista A – seis votos; -----

----- Lista B – sete votos; -----

----- Votos em branco – um voto.-----

----- Foram eleitos para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo o Deputado Municipal Eduardo José Ferreira Mendes, o Deputado Municipal Bruno José da Graça Gomes e o Deputado Municipal Eurico de Alcobia. -----

----- 7.º Ponto: - Outros Assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos

da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O Deputado Municipal João Paulo Henriques iniciou a sua intervenção informando que foi efectuada uma reunião do Conselho Municipal de Economia na semana anterior, onde foi pedida, pelo Pingo Doce, prorrogação por mais um ano, prorrogação essa que foi aprovada. Questionou em seguida sobre o Plano Director Municipal uma vez que as pessoas da sua freguesia estão sempre a perguntar sobre isto e a resposta é sempre a mesma. -----

----- O Deputado Municipal Manuel Dias interveio referindo que tinha algumas questões para colocar e uma proposta para apresentar. Começou por referir a urgência na realização da obra da estrada da Pombeira pelo risco que correm as pessoas que lá passam. A estrada de Dornes/Vale Serrão está num estado miserável, pelo menos até ao parque de merenda e à fonte. Como membro do Conselho Municipal de Saúde verifica que está acentuado o descontentamento dos utentes do Centro de Saúde pelo que é de opinião que devia haver uma reunião do Conselho para fazer um balanço da situação, pois há dias que está uma pessoa a atender dois guichés e existem algumas degradações no edifício. Em seguida passou a ler a proposta: *«Proposta de assembleia municipal extraordinária seguida de assembleia de jovens. O desenvolvimento deve, em qualquer circunstância, ser sustentável, isto é, deve promover melhoria das condições de vida das pessoas de uma forma duradoura. Não se pode esgotar no curto prazo, não pode consumir recursos são nossos mas também pertencem às gerações futuras. Deve assentar no respeito pelo ambiente e pelo património, na valorização da educação e da cultura, e na consolidação dos valores da justiça, da solidariedade e da tolerância. Para haver desenvolvimento, devem existir necessariamente as políticas adequadas. Mas devem*

existir também agentes capazes de executar essas políticas. Não há desenvolvimento local sem a valorização e o integral aproveitamento dos recursos humanos disponíveis. Num mundo globalizado, em constante mudança, onde a flexibilidade e a criatividade são qualidades indispensáveis, e onde a preservação do ambiente é, simultaneamente, uma preocupação e um recurso económico a explorar, os jovens podem constituir os principais agentes do desenvolvimento local. O concelho de Ferreira do Zêzere tem jovens de enorme qualidade intelectual e humana. Representam uma enorme esperança no futuro. Muitos deles frequentaram ou estão a frequentar cursos superiores nas melhores instituições universitárias do país e é necessário garantir que regressem. Sempre que, concluído o ensino secundário, um jovem vai trabalhar para outro lado ou estudar para fora do concelho e não regressa, estamos perante um enorme desperdício. No fundo, o concelho anda anos a investir recursos e expectativas nesse jovem e, terminada a sua formação de nível secundário, ele parte sem deixar nenhuma contra partida. Outros vão usufruir do investimento do seu concelho de origem. É necessário garantir que os jovens encontrem emprego neste concelho para que não tenham que partir ou para que, partindo para completar a sua formação, possam regressar. O concelho precisa dos seus conhecimentos e do seu inconformismo. Os eleitos locais têm responsabilidade de pugnar por uma população interventiva, crítica, criativa. Não há maior sinal de vitalidade de uma terra nem maior garantia de progresso continuado, do que o dinamismo do seu povo, e, nomeadamente, da sua juventude. Temos, por isso, o dever de chamar os jovens à participação, informando-os, consultando-os, responsabilizando-os. É preciso cativar os jovens para a construção de presente melhor, no seu país, da sua terra, na sua própria casa. Muitas vezes temos ideias feitas sobre os jovens. Julgamo-los de acordo com estereótipos. Mas conhecemos

realmente os jovens? Urge, antes de mais, ouvi-los. Urge conhecer os seus medos, as suas esperanças. Urge conhecer as suas propostas. Urge chamar os jovens a participar. Urge trazer os jovens para a política. Urge trazer os jovens para o palco de poder local. Propomos, por isso, a realização de uma Assembleia de Jovens, antecedida de uma Assembleia Municipal extraordinária, de acordo com os seguintes pontos: 1.- Assembleia de Jovens terá como tema “Juventude e desenvolvimento sustentável”, 2.- Serão convidados a participar três grupos de jovens (cada grupo deverá ter entre 5 e 10 elementos): - alunos do agrupamento de escolas; - estudantes universitários ex-alunos do agrupamento de escolas; - ex-alunos do extinto pólo da escola Profissional da Zona do Pinhal inseridos no mercado de trabalho; 3.- O Agrupamento de Escolas de ferreira do Zêzere, será convidado a seleccionar os alunos e ex-alunos que integrarão os respectivos grupos, sendo os critérios de selecção e a preparação dos alunos para o debate da sua inteira responsabilidade, devendo, no entanto, nomear um professor responsável para esta actividade que servirá de interlocutor com a mesa da Assembleia Municipal e acompanhará os alunos nesta sessão da Assembleia de Jovens, contudo, sem direito a intervenção. 4.- Os jovens seleccionados para a assembleia reúnem antecipadamente para eleger a mesa e acordar os termos do debate. 5.- Assembleia de Jovens será realizada em data a acordar entre a Mesa da Assembleia e o Agrupamento de Escolas, de acordo com o seguinte programa: - A Assembleia Municipal extraordinária, com o único ponto “sessão subordinada ao tema Políticas de Juventude e Desenvolvimento Sustentável”. Cada bancada nomeará um membro para uma intervenção sobre o tema, podendo a intervenção durar até vinte minutos. O Presidente da Câmara Municipal fará também uma intervenção final. Os jovens assistem no local destinado ao público; - Assembleia

dos Jovens, cada grupo terá um representante e fará uma intervenção com a duração máxima de dez minutos sobre o tema proposto: “Políticas de Juventude e Desenvolvimento Sustentável”. Seguir-se-á uma sessão de debate com cerca de uma hora, de acordo com os termos anteriormente acordados. Os deputados municipais assistem no lugar destinado ao público. 6.- A Assembleia de Jovens será aberta à comunicação social e a entidades representativas do poder político, e outras, que a mesa da Assembleia convidará». -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** interveio dizendo que na última sessão da Assembleia Municipal realizada no Beco falou-se na questão das passadeiras na sede do concelho devido à excessiva altura das mesmas e aos problemas que estavam a causar aos veículos. O Presidente da Câmara na altura indicou que a velocidade que estava indicada eram 30 km/h, que estavam assinaladas correctamente e as pessoas tinham que ir devagar. Veio-se a saber que já havia cerca de dez carros danificados e passados oito ou quinze dias verificou que as mesmas estavam a ser rebaixadas para cerca de metade pelo que não percebe como é que estavam tão bem e foram alteradas. Perguntou quem é que as projectou inicialmente e quais os custos com a sua rectificação porque tiveram que ser alagadas e refeitas novamente. Perguntou também quem é responsável pelo custo das reparações dos carros que foram danificados. Em seguida referiu que com algum espanto seu e de muita gente viu surgir na sede da sua freguesia uma construção que lhe parece, quase, um pombal e perguntou como é que era possível autorizar uma construção num espaço tão pequeno e em altura, quando sabem que naquele local existiu uma antiga oficina que actualmente se resumia a um monte de tijolos que era a ruína. A seu ver e, dado que está em cima da via pública, no máximo seria autorizada a sua reconstrução. Perguntou para onde são abertas as janelas, para onde

vai o esgoto e a que é que se destina a construção. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** felicitou o senhor José Martinho do público. Em seguida questionou acerca da alteração do mercado semanal dos dias 1 e 8 de Dezembro. Perguntou porque é que o de dia 8 foi alterado para um Sábado e o de dia 1 não e também se foi a Câmara que decidiu. Muita gente não gostou desta alteração e perguntou porque é que não se mantém o dia seguinte ao feriado. No Sábado estiveram três feirantes do concelho e nenhum de fora porque o Sábado coincide com o mercado municipal do Entroncamento. A Câmara no ano passado fez o saneamento na Barrada tendo ficado por trás do café do Sr. Bugalho e a Junta estava convencida que o saneamento ia até ao Sr. Manuel Joaquim. Como estão a pensar intervir naquela estrada perguntou se a Câmara vai continuar com o saneamento ou se fica por ali e se assim for qual a razão. Em relação ao acesso à Etar da Pombeira, quando esta foi feita, foi prometido aos munícipes da Pombeira, pelo Eng. Frias, que o acesso à Etar iria ser arranjado em calçada pois a empresa responsável pela construção da Etar abriu acesso no caminho que as pessoas utilizam para os seus terrenos, tendo-o tapado e deixado em bruto. Ali é um acesso de águas quando chove e o caminho ficou danificado. O compromisso do Eng. Frias não foi realizado até hoje e as pessoas perguntam se ficam com a estrada estragada. Lembrou em seguida que, em tempos foram cortados os arbustos em volta do jardim no centro da Vila e muitas vezes vê que adultos e jovens saltam a vedação, que ficou baixa, e pisam a relva. Sugeriu que se deixassem crescer novamente os arbustos como estavam anteriormente. Chamou a atenção para a estrada da Pombeira, na descida do Rebelo, do lado esquerdo, onde já se despistaram dois ou três carros pelo que aconselhou que a Câmara tomasse nota de que estava ali um perigo. Referiu-se em seguida à limpeza que a Câmara costuma fazer nas estradas, concretamente no

caso da estrada dos Carvalhais, a máquina cortou as balsas nas barreiras e o lixo ficou nas valetas e, isto não é um trabalho que fique bem feito nem dignifica a Câmara. Em relação ao saneamento, já em Fevereiro colocou a questão sobre o saneamento no Chão da Serra, Cerejeira e Salgueiral e o Presidente da Câmara disse que estavam a tratar com as Águas do Centro e que no Verão possivelmente já haveria alguma luz verde nesse sentido, pelo que questionou qual o ponto de situação. A estrada do Maxial foi uma preocupação sua quando entrou para a Junta de Freguesia e fica feliz por as máquinas já se encontrarem no local mas acrescentou que o Maxial foi e será uma mágoa que ficará para si. O Vereador Jacinto há um mês atrás disse-lhe que o Maxial seria alcatroado antes do Natal pelo que perguntou quantos meses mais vão ter que esperar para ver aquela situação resolvida. -----

----- **O Deputado Municipal Agostinho da Cruz** perguntou quando é que o senhor Presidente da Câmara pensava mandar marcar a estrada que vai da Gravulha até ao Ramal do Beco. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio dizendo que deviam fazer uma comemoração pela finalização e inauguração da Zona Industrial. Pensa que todos estão satisfeitos por saberem que, finalmente, a Zona Industrial vai funcionar. Espera que apareçam muitas indústrias. É um bom augúrio para o ano de 2009, ano que nenhum político diz que vai ser bom em termos de evolução económica. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** congratulou-se com a proposta apresentada pelo Deputado Municipal Manuel Dias pois acha que é um acto concreto para chamar os jovens até à Assembleia Municipal. É uma boa proposta. Em relação ao facto de ser ter alterado o mercado semanal para o Sábado pensa que isso tenha sido sugerido pelo Vereador Carlos Martins e também concorda. Se por

acaso não correu tão bem foi por ser a primeira vez. Parece-lhe que é uma matéria a ser estudada para alterar mesmo o dia do Mercado Semanal para o Sábado porque lhe parece mais lucrativo. Em seguida disse que o Presidente da Câmara não pode responder pelas promessas do Eng. Frias e que, este, não tem legitimidade para fazer compromissos perante a população. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** começou por acrescentar, em relação à Comissão Municipal de Economia, que reuniram com o senhor Director Regional de Economia para responderem a um pedido do Pingo Doce para prorrogação por mais um ano para poder construir. Quanto ao PDM a CCDR não responde, tem em seu poder a proposta do PDM há dois anos, e a REN há três. Tanto faz insistirem como não pois dizem que não têm pessoal e ultimamente houve alteração da Lei da REN, pelo que não tem resposta para dar. A estrada da Pombeira está má mas é uma responsabilidade do Instituto de Estradas mas, na semana anterior, pediu preços a um empreiteiro para regularizar três situações sendo uma delas aquela estrada que precisa de um piso novo e mais grosso uma vez que aquele está muito liso. Outra situação é entre Pias e Areias que é idêntica. A Comissão de Saúde pode reunir e podem insistir pois, com a saída do Dr. Carvalho, a situação piorou pois ele não foi substituído. O Dr. Rafael é agora o novo responsável e a única coisa que pediu foi que fizessem uma rampa para os deficientes, a que foi dito prontamente que sim. O atendimento é complicado e não sabe se vale a pena irem meter-se num assunto que não é deles, mas reivindicar educadamente podem. As passadeiras, ninguém as rebaixou, a única coisa que se fez foi a reposição das rampas e baixaram para o nível destas. Os carros batiam porque iam com velocidade a mais e todos sabiam isso porque ninguém reclamou a não ser o último que bateu e, o que lhe foi dito é que não respeitou a velocidade. Admira-se com a preocupação

dos Deputados Municipais que muitas vezes reclamam da velocidade e da falta de meios para reduzir a mesma. Quanto à construção em Águas Belas, o argumento da proprietária é que aquela construção era em memória do pai. Foi-lhe dito que não podia fazer. Ela reclamou e os técnicos não conseguiram arranjar justificação para que não pudesse construir, tecnicamente o parecer é favorável. A fossa tem que ser feito naquele espaço e ir passando o limpa fossas. Janelas só podem ser abertas para a via pública, mas sem sacadas. A alteração do mercado foi uma deliberação de Câmara sob uma proposta do Vereador Carlos Martins. O problema referido quanto ao saneamento na Barrada foi uma confusão pois ainda se tentou negociar para que as pessoas participassem. Não quiseram e como é muito caro não foi feito. Não fazia parte do projecto e foi uma obra não participada. A história da calçada não terá sido tanto uma promessa do Eng. Frias. Compete às Águas do Centro arranjar isso e já se está a pressionar nesse sentido. O saneamento, por enquanto, ainda não é responsabilidade das Águas do Centro mas espera-se que venham com uma proposta, como é sua intenção, para as Câmaras decidirem aderir sobre o saneamento em baixa. Dizia-se que neste QREN as Câmaras não podiam candidatar-se a este tipo de obras, mas parece-lhe que sim, pelo que espera que sejam as Águas do Centro a ficar com a baixa porque, se calhar têm mais apetência para explorar este tipo de obras. Quanto ao Maxial estão lá as máquinas da Câmara, está adjudicado e também gostava que ficasse pronto antes do Natal. A marcação da estrada da Gravulha para o Ramal do Beco vai ver se tratam disso porque faz falta, aliás como em todas as estradas e só não as marcam devido aos custos. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interveio em seguida lembrando que tinha na mesa a Proposta que o Deputado Municipal Manuel Dias leu. Aquela proposta sugere-lhe algumas reservas relativamente à extensão e a toda a

globalidade de pessoas que envolve. Parece-lhe mais uma proposta de parecer para a Câmara sugerindo que esta exerça acções culturais de formação dos jovens. Parecendo-lhe mais um requerimento do que uma proposta pensa que não havia razões para a colocar a admissão também porque não encontrou no Regimento enquadramento para situações daquele tipo. Acrescentou que depois dava uma resposta sobre a mesma. O que via ali era um conjunto de acções de ordem cultural e formativa mas isso, deverá constar de programas a sugerir à Câmara Municipal. Não vai marcar assembleias com pessoas das escolas e outras. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** a respeito deste assunto disse que era bom que ali vigorasse a regra do bom senso. Na política é assim e quem está no poder é que governa. Mas aquela proposta é quase de cidadania e, não podem misturar o exercício da cidadania com a actividade de um órgão político que é a Assembleia Municipal. Para si não se trata de uma proposta mas sim de uma ideia e devem discutir se é uma boa ou uma má ideia. Pessoalmente considera uma excelente ideia mas não deve ser misturada com a Assembleia Municipal. Pediu ao Deputado Municipal Manuel Dias que reformulasse a sua intenção e que, colectivamente, dissessem que iam buscar alguns jovens de cada freguesia e um dia teriam ali uma Assembleia Municipal com jovens das freguesias que iriam interpretar o papel da Assembleia trazendo os seus problemas, os seus anseios, as suas vontades e, inclusivamente ver como é que esses jovens têm capacidade de perceber o presente das suas comunidades, das suas freguesias. Agora ao fazer aquela mistura que está na proposta estão a desvirtuar um órgão político que tem uma orgânica muito própria e isso, votará sempre contra. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias**, no uso da palavra, disse que não lhe espanta nada aquelas reacções, por um lado do senhor Presidente da Mesa e do

